

STJ00117454

Carlos Alberto Pereira de Castro
João Batista Lazzari

Direito Previdenciário

3ª EDIÇÃO - REVISTA E ATUALIZADA



EDITORA
MÉTODO

- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 15.09.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa
Copyright © 2023 by
Editora Forense Ltda.
Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Danilo Oliveira

■ **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

L459d
3. ed.

Lazzari, João Batista
Direito previdenciário / João Batista Lazzari, Carlos Alberto Pereira de Castro. – 3. ed., rev. e atual. – Rio de Janeiro: Forense; MÉTODO, 2023.
752 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice
ISBN 978-65-5964-629-6

1. Previdência social – Legislação – Brasil. 2. Serviço público – Brasil – Concurso.
I. Castro, Carlos Alberto Pereira de. II. Título.

22-80021

CDU: 349.3(81)



Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – O DIREITO PREVIDENCIÁRIO	1
1.1 Conceito e objeto de estudo	1
1.2 Autonomia científica	4
1.3 Classificação.....	5
1.4 O Direito Previdenciário e outros ramos do Direito.....	6
1.5 Legislação Previdenciária: fontes, conteúdo e autonomia	9
1.6 Aplicação das normas previdenciárias.....	13
1.7 Direito intertemporal. Direito adquirido e expectativa de Direito...	19
CAPÍTULO 2 – A SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL	23
2.1 Histórico e evolução legislativa	24
2.2 A Seguridade Social no Brasil: saúde, assistência e Previdência Social.....	32
2.3 Direitos sociais. Natureza	45
2.4 Princípios da Seguridade Social	46
2.5 A organização da Seguridade Social.....	61
2.5.1 Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS.....	62
2.5.2 Conselhos de Previdência Social – CPS.....	65
2.5.3 Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS.....	65
2.5.4 Conselho Nacional de Previdência Complementar – CNPC.....	67
2.5.5 Conselho de Recursos da Previdência Social – CRPS	68
2.5.6 Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF	69
CAPÍTULO 3 – REGIMES DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	73
3.1 Regime Geral de Previdência Social (RGPS)	73
3.2 Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).....	74
3.3 Regime previdenciário complementar	75
3.4 Regime dos militares das Forças Armadas.....	79

CAPÍTULO 4 – REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL	81
4.1 Relação jurídica de Previdência Social.....	82
4.2 Filiação e inscrição	84
4.3 Segurados obrigatórios.....	88
4.3.1 Empregado	91
4.3.2 Empregado doméstico.....	95
4.3.3 Contribuinte individual	96
4.3.4 Trabalhador avulso	99
4.3.5 Segurado especial.....	100
4.4 Segurados facultativos	106
4.5 Trabalhadores excluídos do Regime Geral	109
4.6 Dependentes	110
4.6.1 A filiação e a dependência.....	113
4.6.2 Inscrição dos segurados e dependentes.....	120
4.7 Prestações previdenciárias: espécies, concessão, suspensão, cancelamento, restabelecimento, acumulação	124
4.7.1 Suspensão do benefício.....	127
4.7.2 Cancelamento de benefícios	129
4.7.3 Acumulação de benefícios.....	133
4.8 Manutenção e perda da qualidade de segurado. Período de graça	137
4.9 Períodos de carência	140
 CAPÍTULO 5 – FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL	 153
5.1 Fontes de custeio	153
5.2 Contribuições sociais. Natureza e espécies.....	156
5.3 Receitas das contribuições sociais.....	158
5.3.1 Contribuição do segurado empregado e trabalhador avulso	160
5.3.2 Contribuição do segurado contribuinte individual e facultativo	161
5.3.3 Microempreendedor Individual (MEI).....	164
5.3.4 Contribuições das empresas.....	166
5.3.5 Contribuição sobre a folha de pagamento.....	166

5.3.6	Contribuição em razão do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho e custeio de aposentadorias especiais.....	168
5.3.7	Contribuição para o financiamento da aposentadoria especial.....	171
5.3.8	Contribuições incidentes sobre a receita e o faturamento....	171
5.3.9	PIS/Pasep.....	175
5.3.10	Cofins-Importação e PIS/Pasep-Importação.....	177
5.3.11	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).....	179
5.3.12	Contribuições das microempresas e empresas de pequeno porte – o Simples Nacional.....	180
5.3.13	Regime de desoneração da “folha de pagamento”.....	185
5.3.14	Contribuições decorrentes do trabalho prestado em obras de construção civil.....	186
5.3.15	Aferição indireta das contribuições.....	188
5.3.16	Contribuição dos clubes de futebol profissional.....	189
5.3.17	Contribuição do empregador doméstico.....	191
5.3.18	Contribuição do produtor rural pessoa física e do segurado especial.....	192
5.3.19	Contribuição do empregador rural pessoa jurídica.....	195
5.3.20	Contribuição sobre a receita de concursos de prognósticos.....	196
5.3.21	Contribuições destinadas a terceiros.....	196
5.4	Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas – eSOCIAL.....	198
5.5	Imunidade/isenção das contribuições.....	201
5.5.1	Requisitos para a imunidade.....	203
5.6	Decadência e prescrição das contribuições da Seguridade Social....	205
5.7	Arrecadação e recolhimento das contribuições destinadas à Seguridade Social.....	212
5.7.1	Competência do INSS e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.....	212
5.7.2	Obrigações da empresa e demais contribuintes.....	213
5.7.3	Prazo de recolhimento.....	217
5.7.4	Recolhimento fora do prazo: juros, multa e atualização monetária.....	219
5.7.5	Recurso das decisões administrativas.....	220

CAPÍTULO 6 – CÁLCULO DO VALOR DOS BENEFÍCIOS DO RGPS....	225
6.1 Salário de contribuição.....	225
6.2 Salário de benefício e período básico de cálculo.....	229
6.3 Fator previdenciário.....	234
6.3.1 Fórmula de cálculo do fator previdenciário.....	235
6.3.2 Exclusão do fator previdenciário com base na fórmula 95/85 progressiva.....	236
6.4 Renda mensal inicial.....	237
6.5 Reajustamento e revisão do valor dos benefícios.....	240
CAPÍTULO 7 – TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO PARA FINS PREVIDENCIÁRIOS.....	245
7.1 Prova do tempo de contribuição.....	252
7.2 Reconhecimento do tempo de filiação.....	255
7.3 Atividade rurícola e o regime de economia familiar.....	257
7.4 Reconhecimento do tempo de contribuição decorrente de ação trabalhista.....	262
7.5 Contagem recíproca do tempo de contribuição.....	263
7.6 Justificação administrativa.....	266
CAPÍTULO 8 – ACIDENTES DO TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS.....	267
8.1 Conceito de acidente do trabalho.....	268
8.2 Doenças ocupacionais.....	269
8.3 Nexo causal e concausalidade.....	271
8.3.1 A presunção de nexo causal em doenças ocupacionais....	271
8.4 A Comunicação do Acidente de Trabalho (CAT).....	273
8.5 Ação regressiva previdenciária.....	275
8.6 Estabilidade do empregado acidentado.....	275
CAPÍTULO 9 – APOSENTADORIAS PROGRAMADAS.....	277
9.1 Aposentadoria programada.....	279
9.1.1 Beneficiários e Data de Início do Benefício (DIB).....	279
9.1.2 Renda Mensal Inicial (RMI).....	280
9.2 Aposentadoria por idade: urbana, rural e híbrida.....	281

9.2.1	Aposentadoria por Idade Urbana	281
9.2.1.1	Renda Mensal Inicial.....	283
9.2.2.	Aposentadoria por idade do trabalhador rural.....	284
9.2.2.1	Renda Mensal Inicial.....	287
9.2.3	Aposentadoria por idade “mista” ou “híbrida” da Lei nº 11.718/2008	288
9.2.3.1	Renda Mensal Inicial	291
9.2.4	Data de início do benefício	291
9.3	Aposentadoria por tempo de contribuição (extinta pela EC nº 103/2019).....	295
9.3.1	Beneficiários.....	297
9.3.2	Período de carência.....	298
9.3.3	Data de início do benefício	299
9.3.4	Renda mensal inicial.....	299
9.3.5	Novas regras de cálculo.....	301
9.4	EC nº 103/2019 – Regras de transição em relação à aposentadoria por tempo de contribuição.....	303
9.5	Aposentadoria programada do professor	308
9.5.1	EC nº 103/2019 – Regras de transição da aposentadoria dos professores	311
9.6	Aposentadoria especial.....	315
9.6.1	Caracterização do tempo de atividade especial.....	315
9.6.2	Beneficiários.....	319
9.6.3	Comprovação do exercício de atividade especial	320
9.6.3.1	Laudo Técnico de Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT)	322
9.6.4	Uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI).....	323
9.6.5	Período de carência.....	325
9.6.6	Data de início do benefício	325
9.6.7	Renda mensal inicial.....	326
9.6.8	Conversão do tempo especial.....	327
9.7	A EC nº 103/2019 e as regras de transição para a aposentadoria especial	329
9.8	Aposentadoria aos segurados com deficiência.....	335
9.8.1	Beneficiários.....	339

9.8.2	Período de carência.....	340
9.8.3	Renda mensal inicial.....	340
9.8.4	Data de início do benefício.....	341
9.9	Aposentadoria dos segurados de baixa renda.....	344
CAPÍTULO 10 – BENEFÍCIOS POR INCAPACIDADE.....		347
10.1	Auxílio por incapacidade temporária (antigo auxílio-doença).....	347
10.1.1	Perícia médica.....	350
10.1.2	Concessão por análise documental.....	351
10.1.3	Concessão por medida judicial.....	352
10.1.4	Período de carência.....	353
10.1.5	Data de início do benefício.....	353
	10.1.5.1 Data de início do benefício concedido judicialmente.....	355
	10.1.5.2 Restabelecimento do benefício.....	355
10.1.6	Renda mensal inicial.....	356
10.1.7	Manutenção do benefício durante o processo de reabilitação.....	358
10.1.8	Situação trabalhista.....	359
10.1.9	Cessaçã do benefício.....	360
10.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (antiga aposentadoria por invalidez).....	365
10.2.1	Período de carência.....	366
10.2.2	Data de início do benefício.....	367
10.2.3	Renda mensal inicial.....	368
10.2.3	Suspensão e cessação do benefício.....	370
10.2.4	Mensalidades de recuperação.....	373
10.3	Auxílio-acidente.....	376
10.3.1	Beneficiários.....	377
10.3.2	A seqüela definitiva como fato gerador do direito ao benefício.....	379
10.3.3	Período de carência.....	379
10.3.3	Data de início do benefício.....	380
10.3.4	Renda mensal inicial.....	380
10.3.5	Suspensão e cessação do benefício.....	381

10.4	Pagamento dos honorários periciais e requisitos da petição inicial em ações de benefícios por incapacidade.....	385
CAPÍTULO 11 – BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO À FAMÍLIA E À MATERNIDADE.....		389
11.1	Pensão por morte	389
11.1.1	Requisitos para a concessão do benefício.....	390
11.1.2	Morte presumida.....	391
11.1.3	Direito à pensão quando o segurado esteja inadimplente com a Previdência	392
11.1.4	Habilitação de beneficiários.....	393
11.1.5	Pensão ao dependente viúvo do sexo masculino	395
11.1.6	Existência simultânea de dependentes na condição de cônjuges, ex-cônjuges e companheiros.....	396
11.1.7	Comprovação da união estável e homoafetiva.....	398
11.1.8	A Lei nº 13.135/2015 e a limitação do acesso ao benefício.....	399
11.1.9	Direito à pensão do menor sob guarda	400
11.1.10	Direito à pensão do filho ou irmão inválido	401
11.1.11	Dependente universitário – Pensionamento até os 24 anos.....	402
11.1.12	Pensão em favor dos pais.....	402
11.1.13	A revogação do inciso IV do art. 16 e a existência de pessoa designada.....	403
11.1.14	Período de carência.....	403
11.1.15	Data de início do benefício	404
11.1.16	Renda mensal inicial.....	405
11.1.17	Cessaçãõ	407
11.1.18	Perda do direito à pensão por morte	409
11.2	Auxílio-reclusão	416
11.2.1	Período de carência.....	419
11.2.2	Data de início do benefício	419
11.2.3	Beneficiários.....	420
11.2.4	Renda mensal inicial.....	420
11.2.5	Causas de suspensão e extinção do auxílio-reclusão.....	421

11.3	Salário-maternidade.....	425
11.3.1	Período de carência.....	428
11.3.2	Duração do salário-maternidade	429
11.3.3	Concessão do salário-maternidade em caso de adoção....	431
11.3.4	Extensão em casos de falecimento da gestante ou adotante.....	432
11.3.5	Prorrogação do salário-maternidade por mais sessenta dias	432
11.3.6	Programa Empresa Cidadã	433
11.3.7	Renda mensal inicial.....	434
11.3.7	Cessação do benefício.....	436
11.4	Salário-família.....	438
11.4.1	Período de carência.....	441
11.4.2	Data de início do benefício	441
11.4.3	Renda mensal inicial.....	441
11.4.4	Perda do direito	442
CAPÍTULO 12 – SERVIÇOS DO RGPS.....		445
12.1	Serviço Social	445
12.2	Habilitação e reabilitação profissional.....	446
CAPÍTULO 13 – BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS – LOAS.....		449
13.1	Requisitos legais para a concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	450
13.2	Deficiência para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC)	451
13.3	Requisito econômico para fins de concessão do Benefício de Prestação Continuada (BPC).....	452
13.4	Beneficiários.....	454
13.5	Data de início do benefício.....	455
13.6	Cessação do benefício	456
13.7	Acumulação com outros benefícios.....	457
13.8	Benefício assistencial ao trabalhador portuário avulso	462
13.9	Auxílio-inclusão às pessoas com deficiência	463

CAPÍTULO 14 – PROCESSO ADMINISTRATIVO PREVIDENCIÁRIO	465
14.1	Princípios regentes..... 472
14.2	Fases do processo administrativo..... 475
14.2.1	Fase inicial: requerimento ou instauração de ofício 476
14.2.1.1	Legitimados para o requerimento..... 477
14.2.2	Acordos de cooperação técnica para requerimento de benefícios..... 479
14.2.3	Data de Entrada do Requerimento (DER) 479
14.2.4	Instauração de ofício..... 479
14.2.5	Falecimento do requerente do benefício..... 481
14.2.6	Comprovação da identidade dos legitimados 481
14.2.7	Representação dos legitimados..... 482
14.2.8	Representação do interessado por procuração..... 485
14.3	Fase instrutória..... 490
14.3.1	Prova documental..... 490
14.3.2	Provas constantes de bancos de dados..... 493
14.3.3	Da carta de exigência..... 494
14.3.4	Meios de prova subsidiários 495
14.3.4.1	Da justificação administrativa (JA) 496
14.3.4.2	A existência de prova material contemporânea dos fatos..... 496
14.3.4.3	Prova testemunhal na justificação administrativa 498
14.3.4.4	Justificação judicial 498
14.3.4.5	Homologação da justificação administrativa..... 499
14.3.4.6	Da pesquisa externa 499
14.4	Fase decisória 500
14.4.1	Exigências para a validade da decisão no PAP..... 500
14.4.2	Decisão em caso de não cumprimento de exigências pelo interessado..... 501
14.4.3	Reafirmação da Data de Entrada do Requerimento (DER)..... 501
14.4.4	Desistência pelo interessado 502
14.4.5	Comunicação da decisão..... 503
14.5	Fase recursal 503

14.6	Fase revisional.....	504
14.7	Prescrição e decadência em matéria de benefícios.....	506
14.7.1	Decadência do direito à revisão de renda mensal inicial....	506
14.7.2	Decadência para a revisão administrativa.....	507
14.7.3	Prescrição.....	509
14.8	O Conselho de Recursos da Previdência Social.....	509
14.8.1	Regras gerais relativas aos recursos administrativos.....	512
14.8.2	Recurso ordinário para a JRPS.....	513
14.8.3	Recurso especial para as câmaras de julgamento.....	515
14.8.4	Recursos ao Pleno do CRPS.....	516
14.8.5	Fase de cumprimento da decisão.....	518
CAPÍTULO 15 – PROCESSO JUDICIAL PREVIDENCIÁRIO.....		519
15.1	Ações previdenciárias: competência.....	520
15.1.1	Prestações comuns previdenciárias.....	520
15.1.2	Competência federal delegada.....	521
15.1.3	Ações acidentárias.....	523
15.1.4	Causas referentes a benefício assistencial – BPC.....	524
15.1.5	Ações envolvendo benefícios de entidades fechadas de previdência complementar.....	525
15.2	Prévio requerimento na via administrativa.....	525
15.3	Gratuidade da justiça e assistência judiciária.....	527
15.4	Prioridade na tramitação dos feitos.....	528
15.5	Pagamentos devidos pelo INSS.....	529
15.5.1	Requisição de Pequeno Valor (RPV).....	530
15.5.2	Pagamento por precatório.....	531
15.5.3	Preferência no pagamento de requisições (RPV ou precatório).....	534
15.6	Prescrição e decadência em matéria de benefícios.....	534
15.6.1	Prescrição de prestações vencidas.....	535
15.6.2	Decadência do direito à revisão do cálculo de benefício previdenciário.....	537
15.6.3	Prazo decadencial para o INSS rever seus atos.....	539
15.6.4	Conclusões sobre os institutos da prescrição e da decadência.....	541

CAPÍTULO 16 – REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.....	543
16.1	Introdução..... 544
16.2	Aspectos gerais dos regimes próprios 548
16.2.1	Manutenção e perda da qualidade de segurado do RPPS 551
16.2.2	Gestão dos regimes próprios 553
16.3	Previdência complementar dos servidores públicos..... 554
16.4	Custeio dos regimes próprios 557
16.5	Regras de aposentadoria dos regimes próprios 566
16.6	Os critérios de cálculo de aposentadorias 569
16.6.1	Cálculo dos proventos no RPPS da União (art. 26 da EC nº 103, de 2019)..... 570
16.6.2	Aposentadoria por incapacidade permanente (invalidez)... 573
16.6.3	Aposentadoria compulsória 577
16.6.4	Aposentadoria voluntária e suas espécies para os RPPS (exceto a União)..... 579
16.6.5	Tempo fictício..... 580
16.6.6	Contagem recíproca do tempo de contribuição 581
16.6.6	Aposentadoria por idade nos RPPS (exceto da União) 585
16.6.7	Aposentadoria por tempo de contribuição nos RPPS (exceto da União) 586
16.6.8	Regras de transição para a aposentadoria voluntária nos RPPS (exceto a União) 589
16.6.8.1	Servidores que ingressaram até a promulgação da Emenda nº 20 589
16.6.8.2	Aposentadorias deferidas entre 01.01.2004 e 05.07.2005..... 592
16.6.8.3	Servidores que ingressaram entre a promulgação da Emenda nº 20 e a promulgação da Emenda nº 41 593
16.6.9	Aposentadorias especiais nos RPPS (exceto o da União) ... 594
16.6.9.1	Aposentadoria por exposição a agentes nocivos à saúde 595
16.6.9.2	Aposentadoria de servidores com deficiência... 597
16.6.9.3	Aposentadorias de servidores em atividade de risco 598
16.7	A aposentadoria no regime próprio da União..... 600

16.7.1	A aposentadoria voluntária no RPPS da União – Regra geral.....	600
16.7.2	Cálculo dos proventos de aposentadoria com base nas regras transitórias da Emenda nº 103, de 2019.....	601
16.7.3	Reajustamento dos benefícios do RPPS da União	603
16.7.4	Regra geral transitória de aposentadoria voluntária no RPPS da União.....	604
16.7.5	Regra transitória – Aposentadoria voluntária de professores(as) em cargos federais.....	604
16.7.6	Aposentadoria dos policiais, agentes penitenciários e socioeducativos do âmbito federal	605
16.7.7	Regra transitória – Aposentadoria especial (exposição a agentes nocivos) no âmbito da União	606
16.7.8	Aposentadoria do servidor com deficiência no RPPS da União.....	607
16.7.9	As novas regras de transição para os servidores federais...	608
16.7.10	Regra de transição – Servidores federais em geral	609
16.7.11	Regras de transição para professores(as) de instituições federais.....	611
16.7.12	Regra de transição para aposentadoria de servidores federais expostos a agentes nocivos	612
16.7.13	Regras de transição para os policiais, agentes penitenciários e socioeducativos	613
16.7.14	Abono de permanência no RPPS da União	615
16.8	Pensão por morte nos regimes próprios.....	615
16.8.1	Cálculo e reajustamento da pensão.....	616
16.9	Limites dos proventos e acumulação de benefícios	624
CAPÍTULO 17 – DOS CRIMES CONTRA A PREVIDÊNCIA SOCIAL....		629
17.1	O Regime da Lei nº 9.983/2000	629
17.2	Apropriação indébita previdenciária.....	630
17.2.1	Constitucionalidade.....	632
17.2.2	Tipo objetivo.....	632
17.2.3	Tipo subjetivo.....	633
17.2.4	Consumação e tentativa.....	633
17.2.5	Sujeito ativo	634

17.2.6	Sujeito passivo	635
17.2.7	Crime continuado.....	635
17.2.8	Ação penal	636
17.2.9	Extinção da punibilidade.....	637
17.2.10	Perdão judicial.....	640
17.2.11	Dificuldades financeiras.....	641
17.2.12	Princípio da insignificância.....	643
17.2.13	Prisão por dívida	644
17.3	Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	645
17.4	Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações	646
17.5	Sonegação de contribuição previdenciária.....	646
17.6	Divulgação de informações sigilosas ou reservadas.....	648
17.7	Falsidade documental.....	649
17.8	Falsificação de documento público	649
17.9	Violação de sigilo funcional.....	650
17.10	Equiparação a funcionário público	650
17.11	Estelionato previdenciário	650
BIBLIOGRAFIA		653
 ANEXOS		
1.	Benefícios decorrentes de legislações especiais.....	657
2.	Seguro desemprego pescador artesanal – Seguro defeso – Lei nº 10.779/2003, Decreto nº 8.424/2015 e suas alterações.....	673
3.	Súmulas e enunciados de interesse em matéria previdenciária	679
4.	Informações complementares sobre contribuições e benefícios previdenciários	713